

Perguntas Frequentes (FAQ) - Estatuto da Agricultura Familiar

1 O que é a agricultura familiar?

A agricultura familiar é o modo de organização de atividades produtivas, de gestão do ambiente e de suporte da vida social nos territórios rurais, assente numa exploração agrícola familiar. Entendida esta como uma exploração agrícola em que a mão de obra familiar representa mais de 50% da mão de obra total da exploração agrícola.

De uma forma simplista, podemos dizer que a agricultura familiar é um modo de organização da produção que é gerida pela família e cuja mão de obra utilizada é maioritariamente familiar.

2 Qual a importância da agricultura familiar no mundo?

Abrange 90% da agricultura mundial, estando presente tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, constitui-se como uma das principais actividades impulsionadoras do desenvolvimento sustentável.

Além de assegurar 80% dos alimentos do mundo e a produção de matérias-primas, gere a ocupação de vastas áreas, modela a paisagem, favorece práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, um menor uso de factores de produção industriais e a preservação do património genético, assumindo, assim, importância económica, social, ambiental e cultural.

3 Qual a importância da agricultura familiar em Portugal?

De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2009, em Portugal, cerca de 242,5 mil explorações agrícolas são familiares o que representa 94 % das explorações, 54 % da superfície agrícola utilizada (SAU) e mais de 80 % do trabalho agrícola.

4 O que é o Estatuto da Agricultura Familiar?

O Estatuto da Agricultura Familiar, criado através do Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto, tem o intuito de distinguir este tipo de agricultura nas suas diversas dimensões, reconhecendo-a e valorizando-a através de adoção de medidas de apoio específicas, a aplicar preferencialmente ao nível local para atender à diversidade de estruturas e realidades agrárias, bem como aos constrangimentos e potencial de desenvolvimento de cada território.

5 Quais os objetivos do Estatuto da Agricultura Familiar?

Os objetivos do Estatuto da Agricultura Familiar, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 64/2018, são os seguintes:

- a) Reconhecer e distinguir a especificidade da Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões: económica, territorial, social e ambiental;*
- b) Promover políticas públicas adequadas para este extrato socioprofissional;*
- c) Promover e valorizar a produção local e melhorar os respetivos circuitos de comercialização;*
- d) Promover uma agricultura sustentável, incentivando a melhoria dos sistemas e métodos de produção;*
- e) Contribuir para contrariar a desertificação dos territórios do interior;*
- f) Conferir à Agricultura Familiar um valor estratégico, a ter em conta, designadamente nas prioridades das políticas agrícolas nacional e europeia;*
- g) Promover maior equidade na concessão de incentivos e condições de produção às explorações agrícolas familiares.*

6 Quais as vantagens em ser detentor do Estatuto da Agricultura Familiar?

De acordo com o artigo 6º do Decreto-Lei n.º 64/2018 a atribuição do título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar permite o acesso:

- a) A medidas específicas de políticas públicas de apoio às atividades de exploração agrícola e florestal, nomeadamente no âmbito dos programas de desenvolvimento rural, financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;*
- b) A medidas no âmbito dos Programas Operacionais financiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo Social Europeu, enquanto medidas de carácter complementar aos apoios à agricultura familiar;*
- c) A medidas de carácter excecional que contribuam para o ordenamento do território e a preservação da atividade agrícola e florestal nas zonas desfavorecidas, com manifestos pontos fracos em relação a fatores naturais e sociais, ou em zonas protegidas;*

- d) A um regime simplificado, em matéria de licenciamento de unidades de produção ao nível da higiene e segurança alimentares;*
- e) Aos mercados e aos consumidores, concretizado através do apoio à criação e reativação de mercados de proximidade e de circuitos curtos de comercialização;*
- f) A um regime específico de contratação pública para fornecimento de proximidade de bens agroalimentares (escolas, hospitais, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Forças Armadas);*
- g) A um regime de reconhecimento das organizações de produtores, adaptado à sua dimensão económica;*
- h) A linhas de crédito adaptadas a este segmento da agricultura;*
- i) Prioritário ao arrendamento e compra de terras do domínio privado do Estado;*
- j) A um procedimento especial simplificado e de custos reduzidos relativo ao registo de primeira inscrição de aquisição, de reconhecimento da propriedade ou de mera posse de prédios rústicos ou mistos omissos da exploração agrícola familiar, a definir por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça;*
- k) A apoios específicos para formação, informação e aconselhamento agrícola e florestal;*
- l) A benefícios adicionais na utilização do gasóleo colorido e marcado;*
- m) A condições mais favoráveis em matéria de seguros agrícolas cofinanciados;*
- n) A um incentivo à gestão eficiente de custos e redução dos custos de energia;*
- o) A incentivos à utilização de energias com base em fontes de produção renovável;*
- p) Ao regime fiscal adequado à Agricultura Familiar nos termos da lei;*
- q) A um regime de segurança social adequado à Agricultura Familiar nos termos da lei;*
- r) À disponibilização no «Espaço Cidadão» dos serviços destinados à Agricultura Familiar;*
- s) Prioritário a ações desenvolvidas por Centros de Competências quando promovam o desenvolvimento tecnológico de produções de pequena escala e emergentes e a inovação social na organização setorial e territorial.*

7 Quais as condições para me poder candidatar ao Estatuto da Agricultura Familiar?

O título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar é atribuído ao responsável da exploração agrícola familiar que satisfaça cumulativamente os seguintes requisitos:

- Idade superior a 18 anos;
- Rendimento coletável do agregado familiar inferior ou igual ao valor enquadrável no 4.º escalão do imposto do rendimento de pessoas singulares, ou seja 25.075€.
- Receba um montante de apoio não superior a 5.000€ decorrente das ajudas da Política Agrícola Comum;
- Mão de obra familiar igual ou superior a 50% do total de mão de obra estimada para a exploração;
- Titular de exploração agrícola familiar, que se situe em prédios rústicos ou mistos, enquanto proprietário, superficiário, arrendatário, comodatário ou outro direito.

8 Tenho uma empresa agrícola, posso candidatar-me ao Estatuto da Agricultura Familiar?

Sim. Uma pessoa coletiva também pode candidatar-se ao Estatuto da Agricultura Familiar e para obtê-lo terá de cumprir os requisitos enunciados, sendo que o rendimento se refere ao somatório dos rendimentos coletáveis da sociedade e dos sócios.

9 Como posso candidatar-me ao Estatuto da Agricultura Familiar?

Os interessados em obter o título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar podem submeter a sua candidatura, em qualquer altura do ano, através de um formulário, numa plataforma disponibilizada no *site* da DGADR, em <https://www.dgadr.gov.pt/agriculturafamiliar>.

10 Quais os documentos necessários para me candidatar ao Estatuto da Agricultura Familiar?

O agricultor apenas tem de preencher os vários campos do formulário e submeter os respetivos comprovativos dos documentos:

- Cartão de cidadão;
- Declaração do IRS/IRC e respetiva nota de liquidação do IRS/IRC;
- Certidão permanente (só no caso das pessoas coletivas);
- Declaração sob compromisso de honra relativo à quantidade de mão de obra familiar utilizada na sua exploração;
- Cadernetas prediais e eventuais contratos de arrendamento/comodato/...

O que permite à DGADR fazer a avaliação do cumprimento dos requisitos.

11 Qual a validade do título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar?

Atualmente, a validade do título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar é de um ano após a sua emissão, podendo ser renovado com a atualização de alguns dados na mesma plataforma onde foi pedido o estatuto.

12 Já posso usufruir de todos os direitos previstos no Decreto-Lei n.º 64/2018?

Não. Os direitos, devido à sua complexidade, estão a ser implementados de forma gradual.

13 Quais os benefícios de que já posso usufruir ao ter o Estatuto de Agricultura Familiar? Podem dar-me exemplos?

Os benefícios dos detentores do Estatuto da Agricultura Familiar são diversos e podem ser consultados no portal da DGADR em:

https://www.dgadr.gov.pt/images/af/minutas/direitos_agricultura_familiar.pdf

Como exemplo, podemos destacar a vantagem de ficar melhor posicionado no âmbito dos concursos de apoio às atividades da exploração agrícola, que prevejam como critério de seleção a priorização dos agricultores familiares reconhecidos. Nomeadamente os concursos do PDR2020, como sejam os já abertos “Investimentos nas explorações agrícolas” (Op. 3.2.1), “Pequenos investimentos nas explorações agrícolas” (Op. 3.2.2), “Pequenos investimentos na transformação e comercialização” (10.2.1.2), “Diversificação da atividade na exploração agrícola” (Op. 10.2.1.3), “Cadeias curtas e mercados locais” (Op. 10.2.1.4), ou, ainda, no âmbito do VITIS (2020-2021), o apoio à reestruturação e conversão das vinhas.

Outro exemplo de benefício é, no âmbito do programa “Emparcelar para Ordenar”, além de serem priorizadas as candidaturas dos agricultores com Estatuto da Agricultura Familiar, também o maior apoio, através de subsídio reembolsável, quando da aquisição de prédios rústicos destinados a ações de emparcelamento. A percentagem de subsídio para o detentor do estatuto é de 10% e no critério de seleção de candidatura é valorado em 20 pontos.

Também outro exemplo de benefício que o agricultor com Estatuto da Agricultura Familiar pode ter é o direito a um apoio superior no prémio de seguros de colheitas e da compensação de sinistralidade por ser detentor deste estatuto. A determinação do valor do apoio é 60 % do prémio para os que detenham título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar.

14 Onde posso saber mais sobre o Estatuto da Agricultura Familiar?

A informação sobre o Estatuto da Agricultura Familiar pode ser encontrada no *site* da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), ou solicitada em <https://www.dgadr.gov.pt/pedido-de-informacao>.

Além da DGADR todas as Direções Regionais de Agricultura e Pescas estão habilitadas a prestar esclarecimentos.

Sendo os documentos base do Estatuto de Agricultura Familiar os seguintes:

- [Decreto-Lei n.º 64/2018](#), de 7 de agosto, que consagra o Estatuto da Agricultura Familiar;
- [Portaria n.º 73/2019](#), de 7 de março, que regulamenta o Estatuto de Agricultura Familiar;
- [Orientação Técnica](#), que contém informações complementares relativas à atribuição do Estatuto da Agricultura Familiar.

DAEA, janeiro de 2021